



UNIL | Université de Lausanne

Faculté des sciences sociales et politiques

Centre en études genre CEG

Transcrição Conferência “Um outro feminismo marxista”

Vídeo 2: <https://www.youtube.com/watch?v=4xzt7vqdhwM> (acessível online desde o dia 19 de abril de 2021)

Conferência realizada em 15 de abril de 2021 pelo zoom

Organização: Annelise Erismann e Stéphanie Nereu

Tradução simultânea para o inglês: Stéphanie Nereu

[Apresentação Izabel Solyszko Gomes](#)

[Apresentação Elaine Santos](#)

[Discussão](#)

Apresentação Izabel Solyszko Gomes

Izabel: Eu queria falar da alegria e da honra que é estar nesse evento e conversar com professoras e pesquisadoras que têm tanta trajetória política e intelectual. Sempre é assustador e me sinto muito privilegiada de estar nesse espaço compartilhando com vocês. Obrigada à Annelise pela organização e o convite, ao Centro em Estudos de Gênero da Universidade de Lausanne que torna este encontro acadêmico possível, de um diálogo que não é tão de moda, não é? Falar de feminismo e teoria social marxista. Então, eu estou muito feliz de estar aqui. Vou falar devagar por causa da tradução.

Queria começar falando que existem duas necessidades para introduzir a minha fala: a primeira é reconhecer o luto internacional que vivemos pelas vítimas do coronavírus, é importante pensar nesse momento de luto internacional, mas pensando no Brasil principalmente. É importante rechaçar essa necropolítica realizada pelo governo Bolsonaro no Brasil. Que esta indignação e esta luta contra este governo de morte seja escutada e encontre eco internacionalmente, são muitas vozes denunciando esse governo. Queria contar pra vocês que meu lugar de fala é o lugar de uma assistente social, latino-americana, professora universitária. Venho há alguns anos trabalhando e pesquisando sobre o problema da violência de gênero praticada contra as mulheres, me aproximei claro primeiro da realidade brasileira, depois da mexicana e há alguns anos, da Colômbia e faço um esforço acadêmico e político para posicionar as minhas análises no campo do feminismo marxista, onde acredito que estejam as possibilidades para a compreensão e a transformação desta realidade. Acho polêmico o convite da Angélica, eu ainda falo do feminismo marxista e como um exercício

Centre en études genre CEG

teórico-político difícil, porque é muito mais fácil a gente encontrar eco em outras teorias e fazer explicações muito mais descritivas que analíticas, a partir da totalidade, então é por isso que eu sempre me considero num exercício, porque é um esforço esse aprofundamento teórico-crítico. Eu resolvi fazer uns slides e traduzir pro francês, mas foi ontem à noite então está muito precário, mas, que de alguma maneira pode ajudar como uma síntese do que eu vou apresentar. O título do que eu preparei é “Mulheres e guerra: análise do conflito armado e violência contra a mulher” – eu vou tentar falar um pouco sobre a crítica da compreensão da violência contra as mulheres, chamando atenção para o que eu vivo e pesquiso aqui na Colômbia. É a necessidade de uma leitura crítica do conflito na Colômbia e não de uma leitura superficial que não explica as causas do conflito e de como as mulheres nesse conflito vão ter suas vidas agudizadas com mais violência. Essa é a idéia que eu vou conversar com vocês, vou tentar respeitar bastante o tempo.

Então, o caminho que vai percorrer a minha fala neste breve tempo da minha intervenção passa por três pontos: 1. O reconhecimento da violência de gênero contra as mulheres como um problema estrutural agudizado pelo capitalismo patriarcal racista colonial. 2. A importância de analisar o conflito armado na Colômbia como um problema grave produto das agudas desigualdades sociais que marcam este país, como tantos países latino-americanos. 3. A necessidade de construir um feminismo emancipatório, recorrendo às vozes de tantas mulheres que me ensinaram a pensar a ser feminista.

Sobre o reconhecimento da violência de gênero contra as mulheres como um problema estrutural agudizado pelo capitalismo patriarcal racista colonial: este é um tema muito debatido em toda a América Latina e todo o mundo - é muito fácil conseguir “bibliografia de violência contra as mulheres” – ler pesquisas de diversos âmbitos, no âmbito de acesso à políticas públicas, pode ser no âmbito de saúde, da epidemiologia, muito se escreveu sobre esse problema. Essa é uma bibliografia ampla, está muito consolidada em todo mundo, na América Latina, no Brasil e também na Colômbia. A gente pode fazer uma aproximação à essa literatura, ao resultado das pesquisas e das análises. E aí a gente pode encontrar pelo menos três tendências de compreensão às quais as duas primeiras eu rechaço pelo limite que apresentam. Um primeiro bloco de estudo e análise sobre a violência contra a mulher vão patologizar a violência de gênero, vão reconhecer um perfil de vítima e agressor, reconhecer um certo tipo de doença social na qual se inscreve o autor da violência. Essa leitura que chama o agressor de uma pessoa doente, um louco, um enfermo reduz

Centre en études genre CEG

drasticamente o fenômeno a um problema de ordem individual. Acho que as professoras que me antecederam já falaram do problema de individualizar a questão social. E nessa leitura, o problema da violência, essa leitura patologizante, é praticamente resultado da vontade do agressor em ser violento e da vítima em aceitar a situação. Nesta perspectiva, as respostas, de um lado vão medicalizar a vítima no que aparece como consequência da violência, então, é muito comum começar a abordar o problema a partir do que a vítima sente - a depressão, a insônia, as recorrentes dores pelo corpo, o cansaço extremo, o nervosismo. E esses sintomas são somente a expressão de uma grave violência crônica vivida cotidianamente. De outro lado, a abordagem sobre os agressores, inclusive no campo teórico-metodológico e já na intervenção contra os agressores, muitas vezes essa leitura exime o agressor porque parece que ele é um homem “sem condições de responder por suas práticas, sem condições de responder por suas ações.” É uma estratégia por exemplo muito utilizada pelos advogados de defesa dos autores de feminicídio. Se solicita um exame para revisar a sanidade mental do suposto criminoso para adiantar o tempo do processo, mas também para acudir essa linguagem, essa possibilidade de compreender um fenômeno como um ato impensado, de um momento enfermo. Então, essa é uma leitura que tem consequências muito graves no nível da intervenção da violência contra a mulher.

Nesta mesma direção existem estudos que singularizam o problema, falando das relações interpessoais, das situações vividas de violência contra a mulher. Aqui é comum a utilização de conceitos como “situação” ou “cenário” de violência, localizando o problema como uma fotografia isolada das outras dimensões da totalidade social. As explicações que singularizam o sujeito em muitas ocasiões se baseiam na teoria de sistemas para falar de um sistema micro e macro social, mas que termina resumindo todo o fenômeno a dimensão micro e local. Aqui começa-se a falar do alcoolismo, do estresse, do desemprego e da pobreza como possíveis causas ou fator detonantes da violência, mas que no fundo terminam por explicá-la. São explicações simplistas que tentam explicar a violência à partir da causa aparente que tem, daquilo que a gente vê, não da sua essência. Eu acompanho, por exemplo, muitas pesquisas aqui na Colômbia que insistem em falar da resiliência das mulheres, que por seus próprios esforços superaram a situação de violência. Isso também fragmenta a leitura do fenômeno social.

E finalmente, apresento a corrente de análise na qual tento a cada dia me situar, aprendida com pensadoras como Heleieth Saffioti, Suely Almeida e Lilia Pougy, que insistem

Centre en études genre CEG

em um pensamento feminista crítico, na qual a violência de gênero praticada contra as mulheres é um fenômeno social, histórico e contraditoriamente contemporâneo, que se situa no coração da sociedade capitalista, racista, colonial e patriarcal. E digo, contraditoriamente contemporâneo. As transformações sociais de gênero na última década são inegáveis: a situação das mulheres hoje não é a de gerações precedentes. Tem uma questão de acesso, uma questão de discussão das desigualdades, mas não obstante ao avanço que a gente pode dizer da situação das mulheres que não é a mesma das nossas avós, não obstante à esse avanço, tem umas permanências que são contraditórias, que são avanços insuficientes que não transformaram tudo aquilo que as palestrantes anteriores estavam falando - as raízes da opressão. Essas estruturas de opressão e dominação necessitam da violência contra as mulheres para existir. Se nutrem e se reproduzem a partir do controle da vida e do corpo das mulheres – inclusive o capitalismo.

Com estas autoras, principalmente com a Heleieth Saffioti, aprendemos que a justificativa da “violenta emoção” não deve ser um atenuante de pena nos casos de feminicídios, tampouco o uso da noção de “crime passional” porque os homens agressores não reagem baixo sua emoção irracional senão baseados em uma estrutura social desigual que legitima o uso da força e da violência contra as mulheres. Não atuam desesperadamente em nome do amor, mas cometem feminicídios de maneira consciente, premeditada e com a crueldade aprendida na reprodução deste sistema social violento. As causas aparentes do fenômeno (ciúmes, desespero, pobreza, alcoolismo e consumo de drogas) não são mais do que cortinas de fumaça (nas palavras de Karel Kosik), que se bem integram o fenômeno, não o explicam, porque não são elementos que dão conta das raízes da opressão e da exploração.

No seu antigo texto “Violência doméstica ou a lógica do galinheiro,” Heleieth Saffioti (1997) nos ensinava que as relações de gênero são estruturadas por relações de poder, porque estas fazem parte das relações sociais – relações sociais de gênero onde o poder circula e opera via estrutura social em ações concretas e simbólicas. Neste texto caricatural, que ela explica a lógica do galinheiro que o galo vai bicando as galinhas e cada galinha que se sente protegida pelo galo bica a outra galinha, numa circularidade de micro poderes, ela vai lembrar que os seres humanos organizam sua sociedade (ao menos a moderna urbana ocidental) de maneira hierárquica e violenta. Nas palavras da autora: “A estrutura da sociedade, formada pelas hierarquias torna cada um e todos os homens potencialmente violentos. A conversão da agressividade em agressão pode ser desencadeadora dos fatos mais

banais e corriqueiros. O sentimento de propriedade que a sociedade alimenta no homem, em relação a sua mulher e a sua família e a impunidade da maioria esmagadora desses criminosos explicam amplamente a generalização da violência masculina contra mulheres”.

No âmbito das relações sociais de poder, o pessoal é político. Para seguir com a referência à Heleieth Saffioti (1999): “Não existem duas esferas: uma das relações interpessoais (relations sociales) e outra das relações estruturais (rapports sociaux) [...] Todas as relações humanas são interpessoais, na medida em que são agenciadas por pessoas, cada qual com sua história singular de contatos sociais [...] Isso não faz com que essas relações interpessoais não sejam relações sociais mediadas pelo poder. Afirmar que as relações de gênero são somente interpessoais significa singularizar as famílias, os casais, os homens e as mulheres, perdendo de vista a estrutura social”.

“A violência de gênero,” para Saffioti, “é inerente ao padrão das organizações sociais de gênero conhecidas, tão estrutural quanto a divisão da sociedade em classes sociais” (Isso nos textos de 1997, 1999 ficam muito evidentes.) “[...] as diferenças entre homens e mulheres têm sido sistematicamente convertidas em desigualdades em detrimento do gênero feminino [...] a violência de gênero não tem caráter privado, mas público. O fato de ocorrer, na maioria das vezes, no interior do domicílio não nega sua natureza pública. Isto não significa identificar público e privado. O que não se pode é admitir é estes fenômenos como constituídos em esferas distintas. Há atividades públicas e atividades privadas acontecendo simultaneamente em todos os espaços sociais”.

Para finalizar esta compreensão sobre a dimensão estrutural da violência contra as mulheres, Saffioti sempre se referia ao filme “Lanternas Vermelhas” (Zhang Yimou, 1991) para mostrar como a figura do homem patriarca não precisa estar presente para que um sistema de dominação e opressão se reproduza. Eu gosto de utilizar como expressão do patriarcado colonial capitalista o filme “A garota ocidental” (Stephan Streker, 2017). Nesta obra, baseada em uma história real, uma jovem paquistanesa que vive na Bélgica deseja viver de maneira livre e é fortemente questionada por seu pai (eu vou contar o final do filme). Ela encontra diálogo e afeto com seu irmão mais velho. A trama vai mostrando as tensões cada vez mais profundas entre o pai tradicional e a filha em busca de sua liberdade, mas culmina com o assassinato da jovem, praticado não pelo pai, mas pelo irmão, revelando que a honra e a tradição familiar valem mais que a vida das mulheres.

Apesar dos limites, eu sei, fala de uma relação religiosa, muçulmana, fala de uma realidade, de uma tensão entre os chamados Ocidente e Oriente, o que é destacado aqui é muito evidente. Não são relações pessoais e afetivas que direcionam a prática social (o afeto entre os irmãos não impediu que o irmão a assassinasse) senão as estruturas sociais mais arraigadas que reclusam o corpo das mulheres dentro da casa e o conformam a violência. E aqui a gente pode pensar no texto do Engels sobre a necessidade da monogamia pra reproduzir o capitalismo.

Mas qual a relação deste primeiro ponto com o conflito armado colombiano e a violência contra as mulheres? Existem diversas mediações para ser construídas.

a. A primeira se refere ao conflito armado colombiano a partir do problema da desigualdade social das terras: o conflito agrário. Entender o contexto colombiano implica reconhecer a violenta combinação entre políticas de desenvolvimento econômico e sangue (Dario Fajardo). Isso quer dizer que a guerra não é um fator de limitação para o chamado desenvolvimento, mas inclusive, é um fator para a sua expansão. Teríamos que nos deter mais na questão da terra, do tráfico de drogas e do deslocamento forçado originado pelas grandes empresas multinacionais de petróleo e minério, cujas sedes estão em países europeus e da América do Norte (Estados Unidos e Canadá). Mas é suficiente fazer referência ao problema do conflito social e político na Colômbia como um problema estrutural e não de polarização de ideias divergentes, como sempre se apresentam, ou pensar nas guerrilhas por exemplo como terroristas que tomaram as armas, o que também é uma leitura muito cotidiana na Colômbia.

b. A segunda mediação fundamental é reconhecer que as mulheres foram vítimas do conflito armado colombiano de maneira desproporcional (Auto 092 de 2008), mas que as violências sofridas na guerra não necessariamente começaram aí senão que tiveram início na infância, na família de origem, tiveram sequência na relação afetiva ou conjugal e culminaram no sofrimento como vítima do conflito armado. Isso não significa um certo tipo de linearidade sobre a vida das mulheres (“todas as mulheres sofrem na família, nas relações afetivas, todas as mulheres sofrem com o conflito armado”), mas sim, existe uma perversa realidade de múltiplas guerras desse território que hoje eu habito que são praticadas contra as mulheres ao longo da vida. Muitas teóricas falam dessa violência continua ao longo da vida.

Isso nos ajuda a pensar que as violências praticadas contra as mulheres vítimas do conflito armado na Colômbia podem ser analisadas com base em:

- Uma sociedade patriarcal que utiliza o corpo das mulheres desde a sua infância para o desenvolvimento dos mais rígidos estereótipos de gênero que subalternizam, discriminam e vulnerabilizam suas vidas. Além disso, uma sociedade patriarcal que coloca em oposição as mulheres para que não façam alianças, para que se reafirmem em competição que nos separem de qualquer possibilidade de organização coletiva e solidária.

- Uma sociedade capitalista que alcança os seus territórios e lugares de vida das mulheres, para invadir, saquear e destruir e que obriga seus corpos a realizarem trabalhos escravos, trabalhos domésticos, trabalhos mal pagos de maneira precária e explorada.

- E podemos pensar numa imbricação – palavras de Jules Falquet que se assume como feminista materialista - entre o patriarcado capitalista que vai encontrar no corpo das mulheres uma arma de guerra para o controle dos territórios, para enviar uma mensagem a todo o grupo social que obriga as mulheres a manter-se numa linha de comportamento socialmente esperada onde o custo da desobediência é a violência, o estupro como violência brutal de acesso ao seu corpo ou o feminicídio onde a própria vida da mulher é retirada como se fosse uma vida descartável, uma vida que não importa.

Em pesquisa realizada com mulheres deslocadas de maneira forçosa pela guerra, encontrei que várias mulheres haviam se deslocado pela primeira vez fugindo da violência conjugal e não do conflito armado. Nas diversas pesquisas que realizei com mulheres vítimas do conflito armado aqui na Colômbia, encontrei que as formas de violência conjugal são cruéis e destrutivas das suas vidas e dos seus corpos; muito similares à expressões de violência que acontecem em lugares onde não há o conflito armado. Nessas mesmas pesquisas, encontrei que o Estado é negligente, omissivo e também responsável pela violação aos direitos humanos das mulheres. E, de outro lado, muitas mulheres vítimas de violência de gênero ao longo da vida se reconhecem que foram vítimas de violência, encontram força de luta, indignação e resistência para se associar e lutar pelos seus direitos.

Finalmente, “nem guerra que nos mate, nem paz que nos oprima” é a luta das mulheres vítimas do conflito armado na Colômbia. Uma reivindicação integral que reconhece que a paz política do país é condição necessária, mas insuficiente para garantir paz para as mulheres. Nessa sociedade, não existe paz para as mulheres. Uma paz com justiça social, com eliminação das desigualdades sociais, uma paz que se constrói com reparação integral as terras e cultivos que foram saqueados da população rural, devolução dos territórios ancestrais dos povos que foram escravizados e reparação para aquelas mulheres que foram exiladas, que

foram forçadamente deslocadas e agora vivem na cidade, que estão entre fronteiras, entre o rural e o urbano, mas que necessitam sobreviver a cada dia de maneira digna.

Para o terceiro e último ponto da minha fala queria considerar a importância de não abandonar as mulheres nas suas lutas e reivindicações sem preconceitos que colocam um termómetro sobre quem é feminista ou não. Conheci mulheres que reproduzem o discurso tradicional da família, de alguns papéis de gênero, mas que à medida do dia a dia, buscam no encontro com outras mulheres a força coletiva que emana do processo de construção de consciência para si. Mulheres que não encontraram no conceito de feminismo a resposta para suas necessidades, mas que dia após dia buscam autonomia, liberdade e uma vida sem violência para si mesmas e para as mulheres com as quais convivem.

De acordo com Francesca Gargallo (2006), as mulheres, a partir de um conhecimento científico, histórico e filosófico, recuperaram e tomaram como referência suas experiências. Nesta nova epistemologia, o sujeito é central, conhece o mundo e está situado.

Quero também considerar a importância de não abandonar o marxismo como teoria social que tem a potencia para fazer a crítica radical do capitalismo, sistema no qual sucumbimos a cada dia, e ainda mais se somos mulheres, e ainda mais se somos mulheres das classes populares, mulheres migrantes, mulheres afrodescendentes, mulheres cujos ancestrais foram escravizados e cujos corpos são vistos como território de conquista e prazer.

Nas palavras de Atilio Borón (2008), a palavra capitalismo foi “cuidadosamente desterrada com o óbvio propósito de reforçar a naturalização desse modo de produção [...] o processo de desenvolvimento capitalista com suas lutas, despojos e saqueios que o fazem chegar ao mundo escorrendo sangue e barro por todos os poros, é assim sublimado e descontextualizado até chegar a cada uma das formações sociais do planeta.”

Conceição Evaristo, importante voz da literatura afro-brasileira, anunciou no seu poema Vozes de mulheres:

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio.

ecoou lamentos de uma infância perdida.

A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias

debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela

A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome

A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes

recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas

A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância. O eco da vida-liberdade.

Este é o feminismo no qual acredito. Um feminismo marxista que realiza a crítica radical deste sistema de dominação e exploração no qual vivemos. Um feminismo que reconhece que mais do que temas de identidade, estamos ante fatos concretos que nos oprimem e vulneram nossos direitos humanos, que extinguem nossa possibilidade de viver. Mas sem dúvida, um feminismo que recorre à todas as vozes, as trajetórias e as experiências das violências, que são sentidas de maneira singular em cada corpo, e elaboradas em cada pensamento da maneira que é possível.

Me posiciono como professora e pesquisadora, para conhecer e analisar os feminicídios, a atualidade do patriarcado, as permanências da violência conjugal, sem perder a dimensão de um sistema que oprime e mata, sem perder a utopia da voz que se fará eco, vida e liberdade. Muito obrigada.

Annelise: (pausa, problema técnico). Muito obrigada, Izabel pela apresentação e eu ia te propor então que a gente fizesse logo a da Elaine e aí, passemos pra mesma discussão como da primeira vez. Elaine, você esta por aí?

Apresentação Elaine Santos

Elaine: Olá, todos me escutam? Eu quero pedir desculpas antes de mais pelo atraso, eu tive um imprevisto e não consegui chegar a tempo. Mas acompanhei o final das discussões e queria agradecer à Annelise e à Universidade de Lausanne, muito obrigada pelo convite. Acho que tá todo mundo um pouco cansado, mas assim, eu tenho um debate que não está necessariamente focado no feminismo, mas que faz parte de uma tese que eu escrevi e defendi no ano passado. Também vou falar um pouco sobre como eu usei a Teoria Marxista da Dependência, não só a Vânia Bambirra que é finalmente homenageada nesse grande evento, mas também outros autores da TMD para entender a América Latina e o papel das classes na América Latina. Eu chamei essa apresentação de “O colonialismo insidioso e o extrativismo petrolífero” no Equador, no caso também é uma provocação de falar do colonialismo e da questão colonial numa ideia, me afastando um pouco das teorias pós-coloniais e da

Centre en études genre CEG

descolonialidade. Eu vou explicar porque. Na minha tese, e aqui eu vou resumir muito mesmo, porque são mais de 500 páginas, eu tenho aqui 20 minutos, mas a ideia central é uma leitura interdisciplinar do extrativismo na América Latina que é uma coisa bastante fundante da extração de tudo na América Latina, até de ideias, cultura e tudo mais. Então, eu tento manter essa clareza teórica pra pensar a exploração do território e o próprio esgarçamento do tecido social. Aí, eu entro na tese, na ideia da violência, da poluição, da extração do turismo, e tudo isso como uma commodity também. No caso, eu analisei o Equador, mas a teoria base também é brasileira então eu tentei estender e ver se, aquilo que eu tinha como base no Brasil, poderia ser usado em outros países na América Latina, se a gente tinha de fato uma similitude teórica. Então, é uma pesquisa que começou em 2007 na realidade, e ela aparece como um guarda-chuva de uma grande teoria que é a Teoria Marxista da Dependência, até entrar nas discussões sobre o progressismo que, no caso equatoriano, que ao meu ver naquele momento, parecia o país mais radical de mudança política, mas depois eu fui entender que na verdade, não era bem assim.

Então, entender as particularidades da América Latina não é tarefa simples, ela exige um trabalho de pesquisa bastante profundo, e resgatar esse histórico também é resgatar uma memória constantemente apagada. Então, o que eu tentei fazer também foi recompor uma humanidade que nos é retirada até hoje. É uma pesquisa socialmente referenciada, mas também é uma pesquisa individual, porque sendo eu uma mulher que é negra e é periférica, eu quis entender qual era o papel do Brasil e da minha condição no Brasil e da minha condição no Brasil e na América Latina. Pensando aqui um pouco no que o argentino Fernando Mires (1988) fala, a sociedade colonial é cataclísmica desde o período colonial, então ela se choca o tempo todo. E isso aparece no meu trabalho e apareceu na realidade equatoriana também. E aí, a gente se afasta das ideias que os povos e as etnias, todos vivem harmoniosamente, até que os colonizadores chegaram, então isso, eu já vou me afastando daí. Eu fui entender as lutas como uma composição entrelaçada. Com temas de gênero, da colonização, e como que a historiografia marxista produzida na América Latina compreendeu essas questões, né? E aí, eu evitei e por uma questão óbvia porque não dá pra gente romantizar, a própria professora Angélica já comentou também. Eu acho que quando a gente pensa numa luta feminista, a própria Vania Bambirra, que ela fala que ela não quer ser feminista, que é o mesmo caso de uma mulher negra, a gente não quer só ser reconhecida como uma pessoa negra. A gente quer ser reconhecido na nossa complexidade. Então, não é uma negação da luta feminista e racial,

Centre en études genre CEG

porque eu nem poderia fazer isso uma vez que eu sou mulher e também sou negra, mas é entender a complexidade. E isso falado no Brasil é um pouco repetitivo, porque o Brasil tem na sua inteireza uma maioria de população negra. Então, parece que, quando a gente fala de classe, a gente tem de falar disso, e é obvio que a gente tem de falar porque nós somos a maioria da população. Classe no Brasil não é a mesma coisa que classe no Equador, isso ficou muito claro. Os conflitos são outros, a forma cataclísmica, como eu falei, de como essa sociedade colonial está até hoje, é muito diferente de um país para o outro, mas ela tem as suas questões que precisam ser ressaltadas também. Então assim, quando a gente permite esse rebaixamento de temas e começa a dividir questões indivisíveis, principalmente em países da América Latina, nós tendemos a rebaixar o que é a nossa questão central. E antes demais, a gente tem de olhar pra América Latina entendendo que nós não somos consequência do capitalismo europeu. Que mesmo no chamado subdesenvolvimento, a gente seguiu se desenvolvendo. Então, tem de entender essa questão também. Eu analisei, é importante dizer que quando eu parto dessa pesquisa, que é socialmente referenciada, mas que não trata prioritariamente da questão do feminismo, embora ele esteja aí, eu lembro sempre da Hebe de Bonafini que é uma argentina, que diz que “o marxismo não pode ser só teorizado, ele precisa ser vivido.” E aí, também, eu estou partindo da realidade que eu conheço, brasileira, periférica, em que eu sou a mulher negra que mora na periferia. Então, eu vivo o marxismo à partir dali e é dali que eu me posiciono, não necessariamente a partir da minha identidade, mas da minha condição real que me determinou.

Por que eu utilizei a TMD nessa análise? Se eu tiver falando muito rápido, avisem (risos). Porque a TMD me permitia analisar qual era o papel da América Latina e aí, assim, entrando na questão do petróleo, Equador, que é uma questão fulcral, porque a economia do Equador é toda baseada no petróleo, então não dá pra analisar um país sem analisar o que é central na sua economia e como isso foi desembocando, até chegar nas relações sociais. Por isso que eu falei que eu me afastei um pouco das teorias decoloniais e da pós-colonidade porque essas teorias por si, elas não respondem as questões estruturais. Tanto que eu, quando analisei o desenvolvimento equatoriano, uma série de nomes foi aparecendo como alternativa para mudar a realidade desses países, então sempre aparecia o modelo de desenvolvimento “humano”, “sustentável”, “local”, “ecológica”, “comunitária”, “etno-desenvolvimento”, e até o buen vivir. Que é hoje muito conhecido e muito aplicado. E aí, eu fui entender que todas essas análises do desenvolvimento na América Latina, elas partiam sempre do

Centre en études genre CEG

desenvolvimento econômico e sempre da questão do crescimento financeiro dentro do capitalismo. Então, aí na verdade, eu já percebi que eram só adjetivações, que não me davam a profundidade pra perceber toda a complexidade que é a América Latina. E aí, eu usei a TMD que nos dá um grande aporte no debate da dependência, como eu vim configurando o que é a América Latina na divisão internacional do trabalho, determinando qual o sentido desse desenvolvimento, porque se fala sempre no colonialismo, mas nós temos que entender como ele é reatualizado hoje. Por isso, chamo esse processo de colonialismo insidioso. Então, quando a gente pensa nas relações estabelecidas na América Latina, a gente tem de pensar como elas estão dentro de uma acumulação e por isso também estão também cooptadas, como a gente falou do feminismo aqui no debate, que eu estava ouvindo, ou da própria luta antirracista porque ela está sempre dentro da acumulação e por isso há cooptação também.

Annelise: Elaine, você poderia falar um pouquinho mais devagar?

Elaine: Ah está bem, desculpa. Então, aí eu usei a TMD e não outra, exatamente porque ela me dava esse suporte da inteireza e por entender que ela tratava da América Latina na sua estrutura. E além disso, ela também permitia olhar pro que foi produzido na América Latina, então também me afastava um pouco daquele marxismo herético, daquele que é europeu, mas que chega na América Latina de uma forma estanque e tenta adequar o que foi produzido na Europa no nosso continente. Eu parti também daí. E aí, novamente, concluindo: A América Latina, ela nunca deixou de se desenvolver, mesmo dentro do que é chamado subdesenvolvido, ela sempre se desenvolveu, nas suas contradições. Então, não existem leis especiais que regem os povos periféricos, nós estamos em constante alteração e entender essas complexidades é o que importa da condição de subdesenvolvimento. Eu optei por estudar a questão do petróleo por ser fundamental, principalmente toda a análise econômica. Todos os projetos de desenvolvimento dentro do Equador têm o petróleo como força motriz. Foi essa análise que eu fiz, além do fato das exportações de bens primários em toda a América Latina ser também central. Dentre as conclusões que eu pude alencar, eu sempre enfatizo a importância de retomar a tradição crítica dos povos, das classes sociais desses países. Como se diz, das comunidades amazônicas, periféricas, ribeirinhas, muitas vezes, pelo que eu pude perceber, elas são fantasiadas, mitificadas, mas com um propósito, que é pra não tocar no problema central – da dependência e do subdesenvolvimento. E essa nova forma de

Centre en études genre CEG

colonialismo, que eu chamei de insidiosa, ela ocorre num âmbito das relações sociais também, por isso que eu falei das ideologias. Então, mesmo dentro das lutas, que a gente chama de lutas de antirracismo, direitos humanos, de igualdade, mesmo dentro da luta feminista, existe um colonialismo que é insidioso e permanece e é muito visível até na forma como, ao invés de olharmos pra nossa realidade, a gente importa teorias que vão explicar aquilo que a gente vive. Uma importação mecânica, inclusive, que muitas vezes não tem uma relação direta com a nossa realidade. E aí, o pano de fundo dessa pesquisa foi sempre entender o que é esse capitalismo sui generis latino-americano e qual que era sua dinâmica de funcionamento. No caso, eu analisei o Equador como disse, mas ao meu ver, é uma teoria que pode ser expandida pra outros países e que permite integrar o movimento de todo capital em cada país, até nas relações também. Não da pra analisar só as relações, só um grupo, só os negros, só os indígenas. A gente precisa fazer essa integração. Aí, por fim, eu sempre quando faço qualquer análise, eu lembro – já que estamos falando da Vânia Bambirra - de uma palestra que eu assisti em que ela fala que o ser cientista social é uma coisa muito séria e que nós estamos sempre lidando com vidas. Se a gente não se esforça teoricamente pra revelar o que está na essência, a gente contribui para que a situação esteja como ela está e pra que pessoas piorem as suas vidas. Acho que é isso.

Annelise: Muito obrigada, Elaine. Acho que agora iríamos, nesses últimos 15, 20 minutos, dependendo de nós para essa discussão geral que pode incluir também pontos de reflexão geral, comentários. Se não, eu teria as minhas próprias questões também.

Discussão

Angélica: Eu tenho uma questão.

Annelise: Angélica.

Angélica: Ninguém se inscreveu no chat, se não faço depois. Queria perguntar pra Elaine Santos que a gente tem o prazer de estar vendo aqui, como que foi recebida na sua banca da defesa a adoção da TMD. Porque aqui no Brasil, para os que não conhecem, não tem contato tão grande com a historiografia, nós temos uma prevalência de outra tendência, menos

Centre en études genre CEG

marxista e mais hegemonicamente daquilo que a gente chama de uma esquerda liberal e que venho tentando fazer uma critica também, aquilo que a gente chama de Escola de Sociologia Paulista. E que na verdade, rejeita categoricamente Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos dessa fase, depois o Theotônio vai pra Teoria do Sistema Mundo, continua brilhante como sempre evidentemente, e a própria Vânia que permanece desconhecida. Então é só uma curiosidade, Elaine, se você puder falar, se alguém fez a critica. Eu sou co-orientadora de uma pesquisa da área de Educação de Santa Maria no Rio Grande do Sul aqui no Brasil. E ele tem feito, esse co-orientando, uma pesquisa baseada na TMD e foi difícil pra ele na banca. Queria te fazer essa pergunta e te parabenizar por estar nesse desafio de fazer a discussão por ela, porque nem tudo que está enterrado, numa dada historiografia, seja ela brasileira, latino-americana ou mundial, se for bom, a gente tem de ir lá e desenterrar e pôr pra quebrar. Queria te parabenizar. E para a Izabel, gostei muito que você fez a referência ao livro do Engels porque inclusive ele tem de ser lido, assim como a gente tem de ler Weber, sem ser Weberiano, e ler Engels e Marx, sem ser Marxista, acho que isso é a posição inclusive de todo pesquisador, que é conhecer o pensamento daquele que eventualmente venha a ser nosso adversário de classe ou inimigo de classe, nessa linha da Vânia que eu estava falando antes. Então, eu queria te perguntar se, dentro desse tema que você estava falando, você sentiu em algum momento, pode ser que não, que isso nem se colocou, mas te faria a pergunta de qualquer forma. Há algum tipo nas FARC das mulheres, além do treinamento pra luta armada, há a preocupação com a teoria, no sentido da formação que um revolucionário tem? Eu sei de todos os problemas da FARC, sei que não se trata disso, mas pensei “já que ela está aqui, deixa eu perguntar, né?” Eu acho importante e a gente sabe que, em momentos revolucionários dos 60, isso era básico. Mas acho que também do movimento armado, isso se perdeu, é uma intuição e do que consigo acompanhar dessa outra esfera e aí abre um outro campo, militar, e como você está enfronhada nisso, se você sentiu. Seria isso.

Annelise: Vocês preferem responder agora? Senão, a gente poderia coletar só mais algumas perguntas e aí, a gente vem pra uma resposta mais geral. Perguntas, comentários pra Elaine e pra Izabel?

Joana: Posso fazer uma, Annelise? É mais pra Elaine. Claro, você apresentou um resumo da tua tese que é um trabalho grande. Você falou, eu achei muito interessante, e a Angélica já

Centre en études genre CEG

ponderou, trabalhar com a TMD que não é consenso nem entre os marxistas, quer dizer, tem muita critica marxista se dá pra pensar uma TMD... mas não é essa questão central que eu quero te fazer não. Acho que temos aqui na América Latina, Brasil, e em particular, toda essa formação que também nos chega desse marxismo que você chamou de herético e que é mais comumente chamado de marxismo ocidental e pensar aí, toda uma gama de pensadores marxistas, latino-americanos e que pensa o desenvolvimento do capitalismo também um pouco por esse prisma, quer dizer, desenvolvemos aqui uma capacidade de leitura e de levar em consideração, colocar como centro a realidade latino-americana. Acho que Mariategui foi um dos que fizeram isso com muito brilhantismo, não dá pra pensar a emancipação sem pensar na questão indígena também. Mas aí, o que eu queria dialogar com você, é mais um diálogo também, até porque o que você apresentou brevemente é um trabalho complexo. É se dá pra gente eliminar essa relação, você fala, claro, nós criamos aqui, mas a própria TMD mostra o quanto que esse capitalismo desenvolvido aqui é um capitalismo dependente e é um capitalismo dependente do capitalismo central. Estamos na periferia e como se dá essa relação. Ai eu lembro um pouco a Rosa também, tem muitos outros autores que nos ajudam a pensar nisso, mesmo nessas nossas sociedades, que possamos ter experiências não capitalistas... não dá pra dissociá-las da totalidade. Não sei se ficou claro, quer dizer mesmo em sociedades, comunidades que a maneira de produzir não seja capitalista, está inserido num modo de produção que é capitalista.

Annelise: Monise tem mais uma questão e aí eu teria também uma questão.

Monise: Tinha uma questão pra Izabel, na verdade é um comentário e questão. Eu adorei conhecer o seu trabalho. Obrigada pela partilha. Eu fiquei muito curiosa pela parte que você falou especificamente de existirem coletividades desses grupos de mulheres que são afetadas nesse contexto de violência em que elas de fato não se identificam com os feminismos da forma em que se apresentam, mas que desenvolvem suas ações em prol desse grupo social de mulheres, de suas comunidades, nos lugares aonde elas estão. Queria saber mais sobre isso, gostei muito desse tópico porque vejo muita convergência com o que eu estava falando da questão das igrejas, acho que é um debate muito grande, dessas comunidades se desenvolverem dessa forma, e de terem mulheres que reivindicam e que lutam por elas próprias nesses lugares, e que geram muitas contradições com leituras bíblicas, mas enfim,

acho que é sempre interessante. Pra gente desafiar o olhar, então se você pudesse falar mais sobre isso. Obrigada.

Annelise: Eu vou acabar aproveitando esse momento pra perguntar minha própria questão aqui. Eu fiquei muito reflexiva sobre um comentário que a Monise fez, das feministas levarem paulada de todo mundo, o que eu concordo, eu acho que isso está acontecendo. E a Izabel traz esse cenário da Colômbia que em alguns grupos da esquerda brasileira serve como um bicho papão do futuro assim, nós vemos o Bolsonaro, o conservadorismo, o neopentecostalismo, maior intervenção estrangeira e cooperação militar com os Estados Unidos, fragmentação generalizada. Iremos virar logo a Colômbia. Eu queria saber, lógico, pralém do estereótipo, mas já que você trabalhou com a questão da violência contra as mulheres em ambos os países, o Brasil e a Colômbia, eu queria te perguntar: primeiro se você acha que a analogia é completamente estúpida, esse vir a Colômbia como o medo do futuro é parte de um desconhecimento brasileiro sobre a América Latina, o que acontece ali, e eu queria também, voltando a esse comentário da Monise, eu queria também saber se nesse âmbito geral de enfraquecimento de rodas comunistas quanto das feministas em si; se nós virarmos a Colômbia, tem resistência feminista pro que pode acontecer? É uma pergunta completamente hipotética, mas eu achei que seria bacana se você falasse das próprias experiências pesquisando sobre os dois países. E eu queria perguntar pra Elaine também uma coisa rápida: Eu lembro da Elaine já ter falado em outros momentos, sobre a politização específica e o grau de politização de movimentos indígenas que ela pode observar no Equador. Não é necessariamente pra fazer uma comparação, mas eu lembro que uma vez a Elaine disse: “Há algo que nós poderíamos aprender, o próprio movimento indígena brasileiro poderia aprender também olhando para o que acontece na politização indígena no Equador,” e daí se você pudesse falar um pouco sobre essa questão. Mais algumas questões? Se não a gente vai pras respostas e fechar. Izabel, Elaine, como vocês preferirem.

Izabel: Você quer começar Elaine?

Elaine: Eu posso começar, sem problema. Obrigada pelos comentários e pelas questões. A professora Angélica perguntou como a tese foi recebida. Eu tenho que dizer que eu fiz a tese na Universidade de Coimbra em Portugal e o meu orientador foi o professor Boaventura de

Centre en études genre CEG

Souza Santos. Então, olha o dilema, né? Porque o Boaventura de Sousa Santos está completamente descolado dessa análise crítica. Entretanto, eu fiz uma coisa muito fechada mesmo. Então, ficou muito difícil pra banca criticar de uma forma muito severa o trabalho.

Porque além de trazer todo trabalho da TMD, eu trouxe também toda a realidade de vida dos trabalhadores, que eu conheço bem, não só a do Brasil como a do Equador, então fica muito complicado se você por exemplo olhar só – como o professor Boaventura faz – as epistemologias do Sul, só as questões pós-coloniais, descolado da questão político-econômica. Mas como eu amarrei tudo, ficou muito complicado, mesmo pra aqueles que tinham uma série de críticas à fazer um debate mais profundo. Porque eles só olham uma parte, porque eu tentei olhar o todo. Eu tive muitas críticas, mas eu sai muito feliz porque pra mim foi um desafio enorme. Eu tentei sair do ecletismo teórico, mas ao mesmo tempo numa análise que tivesse profundidade pra explicar nossa realidade que eu acho que é isso que a gente tem de fazer. Foi isso. A professora Joana, eu não sei se entendi bem, mas eu concordo que nós estamos num capitalismo dependente, e que a TMD não tem uma concordância entre todos os autores e é óbvio, mas ela tenta sair dessa visão que nós somos dependentes no sentido determinista, né? Que nós só somos dependentes do capitalismo europeu, nós temos uma dinâmica interna, ao meu ver, é isso que falta compreender profundamente. Qual é essa dinâmica interna e de que maneira esse externo... como essa dependência ocorre, né? Acho que aí que está a questão, nós só somos dependentes, nós só temos esse capitalismo, nós precisamos sair dele desde que alguém faça por nos, algum país puxe a gente. A Annelise perguntou do grau de politização dos movimentos indígenas. Isso é uma coisa que eu fiquei bastante impressionada porque a grande parte dos movimentos indígenas do Equador, eles tentam sair, embora as vezes eles apareçam com uma visão de ONG e ecologismo, dentro das reuniões internas - que eu participei de várias, eles são muito mais politizados tentando sair dessa questão. Então, o buen vivir, que é muito aclamado na América Latina, na Europa, como a idéia de desenvolvimento dos povos indígenas andinos, muitos dos indígenas que eu conheci, recusavam essa visão pachamamica, religiosa. Eles tão pensando muito mais na realidade, na dinâmica do país, nas maiorias, muito mais do que nas suas questões individuais, culturais, que são próprias deles também. Quando eles falam, enquanto movimento, eles falam pra todos, enquanto maioria. É uma coisa que eu acho que os movimentos indígenas brasileiros, não só, o movimento antirracista, deveriam aprender com os movimentos indígenas equatorianos porque eles têm um arraigo grande nas teorias críticas, muito mais do que muitos teóricos acadêmicos

brasileiros, por exemplo. Então, foi uma coisa que me impressionou bastante. Acho que é isso.

Izabel: Vou tentar responder rápido, sem falar rápido. Quero mencionar o livro do Engels sobre a família e a propriedade privada, porque se tem uma coisa, tem muitas explicações pra origem do patriarcado e ainda nenhuma resposta aonde a gente consiga dizer, em que momento, aonde, porque durante tantos séculos, as mulheres são oprimidas. E é um exercício que o Engels faz que me parece brilhante é o de remarcar a monogamia que é um valor, um costume, uma prática social de base material que é a propriedade privada. Isso me parece brilhante, não é necessariamente uma resposta sobre o controle e domínio sobre as mulheres, mas o caminho metodológico, dialético que ele faz pra explicar a reprodução da vida a partir da produção social me parece brilhante, então tive que comentar. Em relação as FARC, as mulheres têm um nível de formação política, as FARC funcionaram como um Exército com uma lógica de hierarquia muito grande, mas desde que se chamariam soldados, guerrilheiros das mais baixas patentes, tinham formação política. Qual era a questão das mulheres? Elas não estavam nos altos mandos. Então, se discutiu muito por exemplo a saída do fuzil para a casa, o baby boom, tinha passado já por outras experiências, como no Peru e na América Central das mulheres que se desmobilizaram e passaram a ser dona de casa e engravidar. Mas, nas conversas e entrevistas que eu leio com as chamadas Ex-Farianas, elas falam: “A gente quer acesso a participação política nesse país, a gente quer ter a opção de paz e democracia nesse país. E não estar em casa, passando do fuzil a casa.” Mas então, as FARC tinham um contingente importante de mulheres, inferior ao de homens, e as mulheres e os homens das FARC têm uma reivindicação importante, eles falam: “A gente não se desmobilizou, a gente se reincorporou. Mas a gente continua mobilizado pela paz, pela democracia, pela justiça social.” E aí, esse nível de discussão política das mulheres das FARC é diferente do nível das mulheres que eu conversei. Que são vitimas do conflito armado. Aí é outra discussão do porque eu considere que elas faziam resistência? Porque se encontraram no meio da guerra pra falar de paz, porque tiveram práticas mais cooperativas no meio da competitividade pra buscar um trabalho e lutar contra o desemprego. Porque se encontraram sendo mulheres que não se conheciam e só pela dor, conseguiam fazer a resistência, mas a resistência das mulheres vitimas do conflito armado não é uma resistência anticapitalista, antipatriarcal. E é um dilema porque como pesquisadora ou militante, a gente começa a botar num termômetro.

Centre en études genre CEG

Essa não é feminista, não é marxista, não está lutando contra o capitalismo, está procurando um emprego, está abrindo um projeto de empreendedorismo com outras mulheres. Acho que é uma tensão forte, porque você reconhece que existem formas de resistência que não são anti-sistêmicas que é o que a Joana estava falando. Que são lutas legítimas e dependentes das lutas estruturais. Agora, tem forças feministas, tem resistência feminista? Claro Anne, a gente poderia falar da experiência da Marcha patriótica do Congresso de Los Pueblos, de muitas organizações aonde as mulheres protagonizam, aí, sim por outros modelos, tem. O Brasil vai virar a Colômbia? Acho muito difícil. Tem, não é o tempo presente, o tempo da emergência das guerrilhas, a gente já está no tempo de Acordo de Paz, mas a Colômbia tem uma situação geopolítica muito diferente, olha o mapa de onde está a Colômbia. É um país que liga bem a América Central com a América do Sul, é um país de montanha, cordilheira. Nos 60 quando surgem as FARC, o isolamento da população campesina, o empobrecimento da população campesina era muito profundo, as vias de acesso não existiam, o que possibilitou a formação das guerrilhas, então, e também não é o tempo presente. Acho que a grande questão que mais me confronta é: Qual é a encruzilhada histórica que a gente está vivendo? Porque se você teve uma esquerda que tomou as armas e em diversas experiências, se encontram em processos de incorporação e que você tem vários outros países da América Latina aonde os governos de esquerda chegaram democraticamente, mas também já perderam pra extrema direita, como é que a gente vai organizar a revolução? E o que a Angélica falava. A revolução se organiza. A gente tem uma encruzilhada histórica. No momento você não tem, nem a experiência exitosa das guerrilhas, tomando armas, nem a experiência exitosa dos governos que chegaram democraticamente nos últimos vinte anos, acho que essa é a questão que me preocupa profundamente.

Annelise: Respondeu certamente, muito obrigada então, chegamos ao fim dessas longas ou curtas quatro horas, mas foi maravilhoso, muito obrigada. Tudo isso vai pro site, mas a gente vai continuar em contato também, e qualquer coisa pode escrever pra esse e-mail também pras pessoas que aqui estão. Não acredito que estamos finalizando com 27 pessoas, genial, muito obrigada Angélica, Joana, Izabel, Elaine, Monise, pelo tempo e disponibilidade. É isso, se vocês querem falar alguma coisa no final?

Monise Queria agradecer gente, foi uma ótima discussão, aprendi muito. Tô bem contente.



UNIL | Université de Lausanne

Faculté des sciences sociales et politiques

Centre en études genre CEG

Elaine: Obrigada.

Angélica: Também queria agradecer demais, que seja o primeiro de outros encontros da gente pra discutir o assunto e outros.

Joana: Eu também, aprendi bastante, obrigada, e espero que a gente se encontre.

Izabel: Obrigada.

Annelise: Tchau gente.